

Souza, há muitos nomes na história cuja existência nunca foi comprovada. Todas as teses e pesquisas feitas levantam a existência dessas pessoas, mas me parece que o Jose Teodoro de Souza é o sujeito real existente que teria iniciado o processo de grilagem. O José Teodoro de Sousa faz uma permuta da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio com o Sr. Manoel Goulart, de uma fazenda ao norte da Pirapó-Santo Anastácio, que era a Fazenda Iguapeí ou Rio do Peixe. E nessa permuta que eles fazem no cartório de Santa Cruz do Rio Pardo, por volta de 1892/1893, o Manoel Goulart começa, então, a vender terras aqui da Região do Pontal do Paranapanema, considerando que ele tinha mandado um pedido ao Ministério da Agricultura para que viessem para a nossa região migrantes estrangeiros. E com a autorização do Ministério da Agricultura para que viessem para cá migrantes estrangeiros, ele começa a vender terras aqui na região. Depois, junto com o Coronel Marcondes, fundou uma empresa e fizeram, então, todo o processo que se expandiu em toda essa região.

Somente em 1945 o Governo do Estado de São Paulo vai intervir, criando um conjunto de reservas e tentando impedir. Aliás, uma política muito parecida com a que o Governo está fazendo hoje no Pará, criando áreas de reservas ambientais no sentido de tentar impedir o avanço da grilagem. Mas isso não foi suficiente. A grilagem avançou e destruiu basicamente a maior parte das reservas, restando apenas a Reserva do Morro do Diabo. E a grilagem se estabeleceu e se consolidou.

Eu diria que o Pontal do Paranapanema é o Sudeste do Pará daqui há um século. Ou seja, se não houver uma intervenção do Estado brasileiro, competente, para regularizar a situação fundiária daquela região, daqui a cem anos nós teremos uma CPI, uma Comissão no Sudeste do Pará tentando entender o processo de grilagem daquela região. A grilagem no Pontal do Paranapanema é uma situação consolidada. O Estado, embora tenha criado reservas, demarcado e criado perímetros, nunca conseguiu resolver a situação fundiária do Pontal do Paranapanema. E por essa razão, pelo fato das terras do Pontal serem griladas, reconhecidas e comprovadamente, a partir da década de 90 nós tivemos uma intensificação do conflito fundiário na nossa região.

Essa intensificação do conflito fundiário, é importante que se registre, não significa o início dos conflitos fundiários. Durante toda a segunda metade do Séc.XI e todo o Séc.XX, nós tivemos conflitos fundiários na nossa região. A questão é que eles nunca foram tão divulgados como a partir da década de 90, quando o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra começou a ocupar terra aqui na região.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deu uma visão para a região, a partir, evidentemente, do papel da Imprensa, que nunca divulgou tanto os conflitos no Brasil como tem feito nos últimos anos. Por essa razão, nós temos o conhecimento mais amplo da questão do Pontal do Paranapanema. Inclusive, alguns colegas meus, professores de Universidades Federais do Rio Grande do Sul, do Paraná, da Bahia e de Pernambuco não acreditam. Falam: Bernardo, eu não acredito que no Estado de São Paulo, um dos Estados mais modernos do Brasil, exista uma grilagem de terra de um milhão e meio de hectares, como é o caso dos estudos que os senhores estão fazendo ali.

Então, conseguimos observar, na história do nosso País, que a grilagem de terra vai estar no sudoeste do Estado do Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Amazonas, em Pernambuco e em todos os Estados, porque essa é a história da formação da propriedade privada do Brasil.

Esse processo de conflito se intensifica a partir da década de 90, aqui na nossa região, como em todo o Brasil. Mas eu quero enfatizar, e isso é importante, que essa identificação vem à superfície por causa do papel da mídia. Se nós pegarmos desde o Séc. XIX, Guerra de Canudos e conflitos do sudoeste do Paraná e de Goiás, nós veremos que os conflitos por terra, no Brasil, são presentes. Eu tenho levantamento. Nós temos um banco de dados na Unesp. Nós acompanhamos esses conflitos, registrando anualmente. Então, quando eu vejo a mídia publicar que os conflitos aumentaram e nunca houve tantos conflitos, eles estão comparando um ano com o outro. Se eles compararem aquele ano dentro do século, verão que está de acordo com uma tendência e que isso não muda nada das características dos conflitos de terra no Brasil.

A partir de 90, com a intensificação, pela mídia, da divulgação desses conflitos, nós começamos uma mudança no sistema agrário regional da região do Pontal do Paranapanema. Desde 1990 até 2004, por causa das ocupações de terra e da regularização fundiária feita pelo Estado, principalmente pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo, junto com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária), em negociação com supostos proprietários da nossa região, seis mil famílias foram assentadas em nossa região.

Isso significou a criação aproximadamente de 15 mil postos de trabalho. Não há setor algum da economia de nossa região que, numa década, tenha criado 15 mil postos de trabalho. Se os senhores visitarem os assentamentos da região do Pontal do Parana-